

SUMÁRIO

1	
A FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO CIVIL E A EXISTÊNCIA DE BENEFÍCIOS PROCESSUAIS.....	23
1.1 O Direito Processual da Fazenda Pública ou Direito Processual Público – abrangência.....	23
1.2 Fazenda Pública – conceito.....	24
1.3 Os benefícios processuais da Fazenda Pública e sua legitimidade	28
1.3.1 O princípio da supremacia do interesse público legitima regras processuais diferenciadas à Fazenda Pública?	28
1.3.2 A constitucionalização do Processo Civil e as garantias constitucionais do processo	33
1.3.2.1 A igualdade processual.....	39
1.3.2.2 O acesso à Justiça.....	45
1.3.2.3 O contraditório e a ampla defesa.....	47
1.3.2.4 Prerrogativas ou privilégios?.....	50
1.4 A Advocacia Pública no Código de Processo Civil de 2015.....	53
1.5 os atos de comunicação processual	54
1.5.1 Intimação pessoal da Fazenda Pública	54
1.5.2 A citação da fazenda pública (artigo 242, § 3º).....	56
1.6 exemplos de tratamento diferenciado conferido à fazenda pública à luz da jurisprudência Do stj	57
2	
COMPETÊNCIA E A FAZENDA PÚBLICA.....	61
2.1 Competência da Justiça Federal para ações relativas à Fazenda Pública federal	61
2.1.1 Competência para a apreciação do ingresso de ente federal em processo da Justiça Estadual	66
2.1.2 Competência territorial	69

2.1.2.1 Competência para julgar as ações de execução fiscal ajuizadas antes da Lei n. 13.043/2014.....	73
2.1.3 Competência da Justiça Federal e ações civis públicas	74
2.1.4 Competência da Justiça Federal e ações de improbidade	76
2.2 Competência territorial e de Juízos Especializados na Justiça Estadual	78
3	
A FAZENDA PÚBLICA E OS SUJEITOS DO PROCESSO	83
3.1 A capacidade processual da Fazenda Pública	83
3.1.1 A representação dos Estados e do Distrito Federal por meio de outra Procuradoria e os limites para essa atuação (artigo 75, § 4º).....	86
3.2 A Fazenda Pública no polo passivo e a ocorrência de revelia	87
3.3 Intervenções de terceiros e a Fazenda Pública.....	89
3.3.1 Denúnciação da lide	89
3.3.2 Intervenção anômala.....	93
3.3.2.1 Deslocamento de competência para a Justiça Federal?	95
4	
OS ÔNUS FINANCEIROS DA FAZENDA EM JUÍZO	99
4.1 Os honorários da sucumbência	99
4.1.1 Condenação em diferentes faixas percentuais	102
4.1.2 Sentenças ilíquidas e relações de trato sucessivo	102
4.1.3 Direito intertemporal: a partir de quando incide a nova regra de honorários nas ações em que for parte a Fazenda Pública?	103
4.1.4 Honorários de sucumbência e execução fiscal	104
4.1.5 Honorários e caráter alimentar – art. 85, §14, do CPC	106
4.1.6 Honorários arbitrados com base na equidade – art. 85, §8º, do CPC.....	107
4.1.7 Honorários e cumprimento de sentença em face da Fazenda.....	108
4.2 Multas processuais	109
5	
OS BENEFÍCIOS DE PRAZO EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA.....	113
5.1 Prazos diferenciados para a prática de atos processuais E O MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO	113
5.2 o benefício de prazo e suas exceções	117
6	
O REEXAME NECESSÁRIO	125
6.1 Natureza jurídica e constitucionalidade	125

6.2	Cabimento.....	128
6.2.1	Sentenças ilíquidas	132
6.2.2	Exclusão da remessa fundada em precedentes.....	133
6.2.2.1	Remessa e o precedente administrativo.....	135
6.2.3	Remessa necessária e legislação especial.....	136
6.4	O julgamento antecipado parcial do mérito dá ensejo ao reexame?	137
6.5	Procedimento e recursos da decisão do reexame	140

7

MEDIDAS DE URGÊNCIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	145
--	------------

7.1	Vedações a medidas de urgência em face da Fazenda Pública	148
7.2	A estabilização da tutela antecipada antecedente e a Fazenda Pública.....	156

8

EXECUÇÃO DE QUANTIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	161
--	------------

8.1	A especialidade procedimental.....	161
8.2	Características procedimentais	164
8.2.1	Cumprimento de sentença por quantia certa	166
8.2.1.1	Cumprimento provisório de sentença em face da Fazenda Pública?	174
8.2.2	Execução de título extrajudicial	177
8.2.2.1	Embargos à execução.....	177
8.2.2.2	Remessa necessária e apelação	179
8.3	Meios de satisfação ao exequente: precatório e requisição de pequeno valor	181
8.3.1	As requisições de pequeno valor	182
8.3.1.1	Parcelamento do valor da execução?	185
8.3.1.2	Honorários e requisições de pequeno valor	186
8.3.1.3	Execução de parcela incontroversa: pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor?	189
8.3.1.4	Incidência de honorários no cumprimento de sentença não impugnado pela Fazenda Pública?	191
8.3.2	O sistema do precatório	192
8.3.2.1	Prazos para pagamento – Após a promulgação da EC n. 114/21.....	193
8.3.2.2	Meios executivos para a satisfação de precatórios em atraso.....	201
8.3.2.3	Cessão e compensação de precatórios.....	205
8.3.2.4	Expedição de novo precatório ou RPV, cancelamento e prescrição	209
8.3.3	As ordens cronológicas para pagamento dos precatórios.....	210

8.3.4	O regime especial decorrente da Emenda Constitucional n. 62	212
8.3.5	A Emenda Constitucional n. 114/21 e as regras sobre pagamento de precatórios.....	216
9		
EXECUÇÃO FISCAL		219
9.1	Cabimento. A certidão de dívida ativa e os legitimados ativos.....	219
9.2	Legitimidade Passiva.....	227
9.3	Competência	233
9.3.1	A regra transitória do artigo 75 da Lei n. 13.043/2014.....	236
9.3.2	Execução fiscal e recuperação judicial	237
9.4	Procedimento.....	238
9.4.1	A citação do executado	239
9.4.2	Penhora	240
9.4.3	Defesa do executado	244
9.4.3.1	Necessidade de garantia para embargar.....	246
9.4.3.2	Efeito suspensivo dos embargos.....	249
9.4.3.3	Outros aspectos	250
9.4.4	Outros meios de defesa do executado.....	251
9.4.5	Suspensão da execução fiscal	253
10		
MANDADO DE SEGURANÇA		257
10.1	Histórico e natureza.....	257
10.2	O direito líquido e certo	258
10.3	Prazo.....	262
10.4	Atos passíveis de mandado de segurança.....	264
10.4.1	Atos administrativos	264
10.4.2	Atos legislativos	266
10.4.3	Atos judiciais	269
10.4.4	Caracterização da mora	278
10.5	Legitimidade para o Mandado de Segurança.....	280
10.5.1	Legitimidade ativa	280
10.5.1.10	falecimento do impetrante	281
10.5.2	Legitimidade passiva	282
10.5.3	A autoridade coatora.....	285
10.5.3.1	Correção da indicação da autoridade.....	288
10.5.3.2	Teoria da encampação.....	289

10.6	Procedimento	291
10.6.1	O julgamento da ADI 4296 e a contracautela	294
10.7	Recursos cabíveis	296
10.7.1	Mandados de segurança de competência originária de juízos de primeiro grau.....	296
10.7.1.1	Mandados de segurança de competência originária dos Tribunais.....	300
10.8	Coisa julgada	304
10.9	Desistência	308

11

INCIDENTE DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE DECISÕES CONTRÁRIAS AO PODER PÚBLICO **311**

11.1	Conceito e previsões legais.....	311
11.2	Natureza jurídica	314
11.3	Legitimidade.....	316
11.4	Competência	318
11.5	Relação do pedido de suspensão com recursos em face da mesma decisão....	320
11.6	Procedimento e recursos da decisão do incidente de suspensão	322
11.7	Duração da eficácia da decisão de suspensão.....	328
11.8	Extensão de efeitos da decisão de suspensão	332

12

AÇÃO POPULAR..... **333**

12.1	Conceito. Bens tuteláveis	333
12.2	Legitimidade.....	334
12.2.1	Legitimidade ativa	334
12.2.2	Legitimidade passiva	336
12.3	Atos passíveis de ação popular	338
12.3.1	Atos legislativos	340
12.3.2	Atos jurisdicionais.....	342
12.4	Competência	343
12.5	Procedimento	345
12.5.1	A decisão inicial da demanda	346
12.5.2	Resposta	348
12.5.3	Desistência e abandono	351
12.5.4	Sentença e coisa julgada	353
12.5.5	Meios de impugnação	354
12.5.6	Prescrição	356
12.6	Execução da sentença.....	357

13**A FAZENDA PÚBLICA E OS PROCESSOS DE INVENTÁRIO..... 359**

13.1 As modalidades de inventário previstas no Código de Processo Civil 359

13.2 A atuação da Fazenda Pública estadual nos inventários 362

14**JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DA FAZENDA PÚBLICA 371**

14.1 Os Juizados Especiais Federais..... 372

14.1.1 Competência 372

14.2 Partes..... 376

14.2.1 Capacidade postulatória..... 378

14.3 Procedimento 380

14.4 Sistema Recursal 384

14.4.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau 384

14.4.1.1 Sentenças 384

14.4.1.2 Recorribilidade das decisões interlocutórias?..... 387

14.4.2 Mandado de segurança em face de decisão judicial proferida nos Juizados Federais e nos da Fazenda Pública 392

14.4.2.1 Decisões das Turmas Recursais..... 397

14.5 Execução..... 402

14.6 Os Juizados Especiais da Fazenda Pública 405

14.6.1 Competência 406

14.6.2 Partes..... 408

14.7 Procedimento 411

14.8 Sistema Recursal 415

14.8.1 Atos decisórios nos juízos de primeiro grau 415

14.8.1.1 Sentenças 415

14.8.1.2 Impugnação a decisões interlocutórias 417

14.8.1.3 Decisões das Turmas Recursais..... 419

14.9 Execução..... 422

15**A FAZENDA PÚBLICA E OS DIVERSOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS 425**

15.1 O acesso à solução justa e os diversos meios de solução de controvérsias 425

15.2 Os diversos meios de solução de controvérsias podem ser utilizados pela Fazenda Pública? A indisponibilidade do interesse público não gera a indisponibilidade do processo judicial 429

15.3 Mediações e conciliações pela Fazenda Pública..... 431

15.3.1 Regulamentação legal da consensualidade pela Administração 432

15.3.2 O regime da Lei n. 13.140, sua aplicação à esfera federal e as regras de incidência nacional. A transação por adesão.....	436
15.3.3 A necessária mudança de cultura e o regime de responsabilidade do advogado público	439
15.3.4 Confidencialidade da conciliação ou da mediação?	440
15.3.5 A criação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos	442
15.3.6 A audiência de mediação ou conciliação e a Fazenda Pública	446
15.4 Autocomposição e ação de improbidade administrativa	449
 16	
A FAZENDA PÚBLICA E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	451
16.1 Autonomia da vontade e o processo	451
16.2 Negócios processuais pela Fazenda Pública	455
16.2.1 Negócios processuais sobre prerrogativas da Fazenda.....	457
16.2.2 Protocolos institucionais e negócios no caso concreto	460
 17	
ARBITRAGEM E A FAZENDA PÚBLICA.....	461
17.1 A Arbitragem e os métodos adequados de solução de controvérsias	461
17.2 Arbitragem e Administração Pública	464
17.3 Limites da arbitralidade objetiva	467
17.3.1 Arbitragem e controle do mérito do ato administrativo	469
17.3.2 Arbitragem e cláusulas exorbitantes do contrato administrativo	470
17.4 Arbitragem de direito e regida pela publicidade.....	470
17.5 Formas de cumprimento da sentença arbitral	472
17.6 Arbitragem e setores de infraestrutura.....	473
 REFERÊNCIAS	477